



matrícula SIAPE nº 187.788, tendo em vista o Acórdão nº 2.780/2016-TCU-Plenário.

Restabelecer a pensão estatutária da interessada acima nominada, até ulterior deliberação judicial, em cumprimento à antecipação de tutela proferida nos autos do Processo nº 0000811-29.2018.4.03.6201 - JEF/MS.

DELANO CERQUEIRA BUNN

PORTARIA Nº 8.481, DE 28 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIV e XVII do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJSP nº 1252, de 29/12/2017, publicada no DOU nº 1, de 02/01/2018, considerando a decisão judicial transitada em julgado proferida no Processo nº 0004066-73.2011.4.01.4300 - 2ª VF/TO e tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 00405.034273/2017-51, resolve:

Nomear MAURO FERNANDO KNEWITZ para exercer o cargo efetivo de Delegado de Polícia Federal, Terceira Classe, da Carreira Policial Federal, do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 2.251/1985, reorganizada pela Lei nº 9.266/1996, e alterada pela Lei nº 11.095/2005; no código de vaga nº 76344, em virtude de concurso público instituído pelo Edital nº 24/2004-DGP/DPF (Nacional); mediante conclusão do XXXIII Curso de Formação Profissional de Delegado de Polícia Federal, conforme Portaria nº 1.377, de 02/07/2009, de acordo com o art. 9º, I, e art. 10 da Lei nº 8.112/90.

DELANO CERQUEIRA BUNN

PORTARIA Nº 8.460, 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIV e XVII do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJSP nº 1252, de 29/12/2017, publicada no DOU nº 1, de 02/01/2018, e da competência para realizar concursos públicos, delegada por intermédio da Portaria nº 3.520, de 27.05.2013, publicada no D.O.U. nº 107, em 06.06.2013, considerando a autorização para provimento dos cargos concedida pelas Portarias nº 56, de 15.08.2014, publicada no D.O.U. nº 157, em 18.08.2014 e nº 138, de 28.04.2016, publicada no D.O.U. nº 81, em 29.04.2016, retificada no D.O.U. nº 99, em 25.05.2016, ambas do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, atendidas suas recomendações, e tendo em vista o que consta nos Processos Administrativos nº 08064.001018/2016-61, nº08064.001018/2016-61, nº 08064.002657/2016-44, nº08200.311474/2016-13, nº 08200.010108/2018-01, resolve:

Nomear o seguinte candidato, habilitado em concurso público, para exercer o cargo efetivo abaixo relacionado do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, devendo ingressar no primeiro padrão de vencimento da classe inicial:

Nível Intermediário	Cód. Vaga
Cargo: Agente Administrativo	
Estado da Federação: Distrito Federal	
493 - FERNANDA TIBANA MACHADO	598500

DELANO CERQUEIRA BUNN

PORTARIA Nº 8.459, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIV e XVII do art. 42 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria MJSP nº 1252, de 29/12/2017, publicada no DOU nº 1, de 02/01/2018, e da competência para realizar concursos públicos, delegada por intermédio da Portaria nº 3.520, de 27.05.2013, publicada no D.O.U. nº 107, em 06.06.2013, considerando a autorização para provimento dos cargos concedida pelas Portarias nº 56, de 15.08.2014, publicada no D.O.U. nº 157, em 18.08.2014 e nº 138, de 28.04.2016, publicada no D.O.U. nº 81, em 29.04.2016, retificada no D.O.U. nº 99, em 25.05.2016, ambas do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, atendidas suas recomendações, e tendo em vista o que consta nos Processos Administrativos nº 08064.001018/2016-61, nº 08064.002657/2016-44 e nº 08200.311474/2016-13, 08295.003369/2018-55, resolve:

Tornar sem efeito a nomeação do candidato abaixo relacionado, constante na Portaria n. 8267 de 2/05/2018 publicada no DOU n. 85 de 4/05/2018 do concurso do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal:

Nível Intermediário	Cód. Vaga
Cargo: Agente Administrativo	
Estado da Federação: Santa Catarina	
13 - FERNANDO ALMEIDA CORNELIUS	118404

DELANO CERQUEIRA BUNN

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 96, DE 24 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 1º, inciso XIV, da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso IV e § 1º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 10, § 1º e 3º do Decreto nº 5.450/2005, resolve:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para exercerem, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, as funções de PREGOEIRO (a):

I - Marciel Rubens da Silva - Matrícula nº 17.884;
II - Fabiana Bittencourt Garcia Soares de Lima - Matrícula nº 22.302.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para constituírem no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, a equipe de apoio aos pregoeiros:

I - Bruno de Sousa Trindade - Matrícula nº 82.429;
II - Carlos Augusto de Freitas Gissoni - Matrícula nº 20.494.

III - Daniel Yoshimitsu Kuwae - Matrícula nº 82.396;
IV - Leonardo da Costa Lopes - Matrícula nº 22.429;

Art. 3º As designações constantes nos arts. 1º e 2º desta Portaria vigorarão por 1(um) ano, admitindo-se reconduções, a critério da autoridade competente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ADRIANA ZAWADA MELO

Ministério Público da União

ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 482, DE 25 DE MAIO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício das atribuições constantes dos artigos 26-VIII e XII; 49-XV-d e e e XII da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando a continuidade da obstrução de vias públicas federais há vários dias;

Considerando a competência da União para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, a navegação aérea, os serviços de transporte rodoviários interestadual e internacional de passageiros; instruir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive transportes urbanos, manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, e cuidar da saúde e assistência pública (artigos 21-X, XII-c e d e XX; 23-II, 199-§4º e 200-I da Constituição);

Considerando o descumprimento voluntário de ordens judiciais dadas pela Justiça Federal nos estados de Sergipe, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Rondônia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, em que se determinou a desobstrução de vias públicas federais, assim como garantia de passagem de carretas que transportem combustíveis para aeroportos;

Considerando que os atos praticados têm gerado o impedimento, à população em geral, do exercício de direitos fundamentais assegurados na Constituição, entre eles a liberdade de ir e vir, de segurança e de acesso a bens e a serviços públicos, ensejando, inclusive, a decretação de estado de emergência por vários municípios, com a perspectiva de violação de direitos humanos;

Considerando, ainda, que há necessidade de verificar se os atos praticados podem configurar crimes previstos no Código Penal Brasileiro:

Art. 261 - Expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea;

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.
[...].

§2º - Aplica-se, também, a pena de multa, se o agente pratica o crime com intuito de obter vantagem econômica, para si ou para outrem.

Art. 262 - Expor a perigo outro meio de transporte público, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento;

Pena - detenção, de um a dois anos.

Art. 265 - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública;

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Art. 330 - Desobedecer a ordem legal de funcionário público.

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, resolve:

Art. 1º Instituir Comitê de Acompanhamento da atuação dos membros do Ministério Público Federal em todo o país, orientada para verificar se estão sendo cometidos crimes federais que afetem serviços públicos e de utilidade pública, notadamente na área de saúde, o correio aéreo, o transporte aéreo, marítimo e fluvial (21-X,

XII-c e d e XX; 23-II; 199-§4º e 200-I da Constituição); para verificar violações de direitos do consumidor e para analisar a política pública dos serviços de transporte e de combustíveis, o qual articulará atuação interinstitucional e integrada com os membros do Ministério Público estadual, em conjunto com o Colégio dos Procuradores Gerais de Justiça.

Art. 2º Para compor o Comitê, designa os seguintes membros, sob a coordenação da Procuradora-Geral da República:

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHENSEN, Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA, Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal,

Os Procuradores-Chefes:

RICARDO ALEXANDRE SOUZA LAGOS (PR/AC),
MARCIAL DUARTE COELHO (PR/AR),
EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR (PR/AM),

RODOLFO SOARES RIBEIRO LOPES (PR/AP),
RÔMULO MOREIRA CONRADO (PR/CE),
FÁBIO CONRADO LOULA (PR/BA),

ANA CAROLINA ALVES ARAÚJO ROMAN (PR/DF),
PAULO AUGUSTO GUARESQUI (PR/ES),
JOSÉ RAIMUNDO LEITE FILHO (PR/MA),
AILTON BENEDITO DE SOUZA (PR/GO),

ISABELA DE HOLANDA CAVALCANTI (PR/MG),
EMERSON KALIF SIQUEIRA (PR/MS),
GUSTAVO NOGAMI (PR/MT),
UBIRATAN CAZETTA (PR/PA),
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA WANDERLEY DE QUEIROGA (PR/PB),

ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR (PR/PE),

TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA (PR/PI),
PAULA CRISTINA CONTI THA (PR/PR),
RAFAEL ANTÔNIO BARRETTO DOS SANTOS (PR/RJ),

CAROLINE MACIEL DA COSTA LIMA DA MATA (PR/RN),

DANIEL AZEVEDO LOBO (PR/RO),
ERICO GOMES DE SOUZA (PR/RR),
PATRICIA MARIA NUÑEZ WEBER (PR/RS),
DARLAN AIRTON DIAS (PR/SC),
JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA (PR/SE),
THIAGO LACERDA NOBRE (PR/SP), e

DANIEL LUZ MARTINS DE CARVALHO (PR/TO); e,
Tendo aceitado o convite para compor o Comitê, também o integram SANDRO JOSÉ NEIS, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e BENEDITO TORRES NETO, Presidente eleito do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, em nome do Ministério Público Estadual.

Art. 3º Esta Portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 860, DE 24 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF nº 291, de 10 de maio de 2018, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00276865/2018, resolve:

1. Dispensar DAGMAR PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 3581, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, do Gabinete da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

2. Designar CAMILA ABDALA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 24639, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, do Gabinete da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA
DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE MAIO DE 2018

A PROCURADORA-CHEFE REGIONAL DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017, e pelo inc. VI do art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, e na Portaria PGR/MPU nº 287, de 12 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º Designar o servidor RICARDO BAPTISTA BARRERA, matrícula nº 25958, ocupante do cargo efetivo de Técnico do MPU/Administração, para a função de confiança de

Secretário, Nível II, FC-2, do Gabinete do Procurador Regional da República Marcus Vinicius de Viveiros Dias - GABPRR10.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 576, DE 28 DE MAIO DE 2018

A PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 56, inciso VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, resolve:

Designar RODRIGO SILVA DE ANDRADE, matrícula 29463, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para exercer a Função de Confiança de Assistente, Nível II, FC-2, do Gabinete do Procurador da República, Dr. Igor Miranda da Silva, GABPRM2-IMS, da Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis/RJ.

CARMEM SANTANA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 89, DE 25 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 05 de maio de 2015;

Considerando os termos do Memorando nº. 10/2018/PRO/GABPR7-JGAS, resolve:

Designar o servidor EDINALDO OLIVEIRA DE ALMEIDA, Técnico do MPU/Apoio Técnico-administrativo/Administração, matrícula 23996, para o encargo da Função de Confiança - FC-02, de Assessor - Nível II, de Gabinete do Procurador da República da Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 912, DE 25 DE MAIO 2018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, observados o item "a" do art. 1º da Portaria PGR nº 308, de 28.5.1996, publicada na Seção 2 do DOU de 30.5.1996, tendo em vista decisão prolatada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho no Processo PGEA000394.2018.13.900/0, em sua 223ª Sessão Ordinária, e cumpridas as exigências da Resolução nº 75/08, resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do País e de suas funções institucionais, no período de 9.6.2018 a 1.7.2018, incluído o trânsito, com ônus limitado, do Procurador do Trabalho EDUARDO VARANDAS ARARUNA, lotado na PRT da 13ª Região, para participar do programa internacional de liderança, tendo como tema Políticas e Técnicas para Desmantelar Redes Criminosas em Crimes Complexos, nos Estados Unidos da América.

RONALDO CURADO FLEURY
DIRETORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria MPT/DG nº 819, de 16 de maio de 2018, publicada no DOU nº 94, de 17 de maio de 2018, Seção 2, ONDE SE LÊ: LETÍCIA MARIA RODA ALVES. LEIA-SE: LETÍCIA MARIA ROSA ALVES.

PORTARIA Nº 904, DE 24 DE MAIO DE 2018

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que foram delegadas pela Portaria MPT-DG nº 86, de 30 de março de 2016, e tendo em vista o que consta no PGEA/MPT nº 000480.2018.23.900/8, resolve:

Conceder pensão civil vitalícia a ALICE PEREIRA LEITE DE SOUZA, viúva de JAIR RODRIGUES DE SOUZA, ex-inativo do Ministério Público do Trabalho, falecido em 01/05/2018, na proporção de 100% (cem por cento), com fundamento nos artigos 215, 217, I, e 222, VII, b, 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015, combinado com os artigos 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, e com o artigo 2º, I, da Lei nº 10.887/2004, com efeitos a contar da data do óbito.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 938, DE 28 DE MAIO DE 2018

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria MPT-DG nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA nº 000834.2018.18.900/2, resolve:

Art. 1º Dispensar a servidora ADRIANA LENICE ANGST SAMPAIO RODRIGUES, matrícula 6005569, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe da Seção de Gestão de Contratos, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

Art. 2º Exonerar, a contar de 28.5.2018, o servidor PEDRO HENRIQUE CARRER, matrícula 6006322, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, do cargo em comissão de Diretor Regional, código CC-4, da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

Art. 3º Designar o servidor PEDRO HENRIQUE CARRER, matrícula 6006322, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para a função de confiança de Chefe da Seção de Gestão de Contratos, código FC-2, da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

Art. 4º Nomear a servidora ADRIANA LENICE ANGST SAMPAIO RODRIGUES, matrícula 6005569, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para o cargo em comissão de Diretor Regional, código CC-4, da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 7ª REGIÃO

PORTARIA Nº 110, DE 28 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de atribuições legais;

Considerando que, nesta data, o Procurador Regional do Trabalho, Dr. Nicodemus Fabricio Maia, Titular do 3º Ofício Geral da PRT 7ª Região - Coordenadoria do 2º Grau, está em Manaus - AM, participando de compromissos promovidos pela Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário - CONATPA; resolve:

Designar a Procuradora Regional do Trabalho, Dra. Evanna Soares, Titular do 1º Ofício Geral da PRT 7ª Região - Coordenadoria do 2º Grau, para, em substituição, participar da Sessão Extraordinária de Julgamento da 3ª Turma do TRT7ª Região, no dia 29 de maio de 2018, das 14h às 18h.

Esta Portaria entra em vigor na presente data.

FRANCISCO JOSÉ PARENTE VASCONCELOS
JÚNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PJ, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, resolve:

Nº 417 - Art. 1º Designar, a contar de 1/6/2018, o servidor EDIMAR GOMES FERREIRA, matrícula 4335-4, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Setor de Diligências da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, código FC-03 (88001009), dispensando-o, em consequência, do encargo de substituto da referida função.

Art. 2º Dispensar, a contar de 1/6/2018, o servidor EDIMAR GOMES FERREIRA, matrícula 4335-4, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Técnico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria do Gabinete do Coordenador Administrativo da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, código FC-02 (88001013).

Art. 3º Dispensar, a contar de 1/6/2018, a servidora ANA MARCIA GARCIA BARROS, matrícula 1888-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Chefe do Setor de Diligências da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, código FC-03 (88001009) (Tabularium nº 08191.053056/2018-14).

Nº 420 - Designar o servidor FRANCISCO LOIOLA DA SILVA, matrícula 4857-7, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, no período de 28/5/2018 a 14/6/2018, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 01a. P.J. Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Gama da Coordenadoria das Promotorias do Gama, código CC-01 (74001039) (Tabularium nº 08191.054515/2018-79).

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 72, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso XV, alínea "m", da Portaria-Segedam nº 3, de 2 de janeiro de 2017, e tendo em vista as informações constantes do processo nº 015.575/2018-7, resolve:

Conceder Pensão, a partir de 16 de maio de 2018, na proporção de 25%, a EVA VILMA FERREIRA DA SILVA, cônjuge, CPF nº 014.727.331-50, nascida em 23/1/1976, temporária, por motivo de falecimento do servidor OLESIÓ FERREIRA DA CUNHA, matr. 2048-6, ocorrido em 16/5/2018, com fundamento no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 217, inciso I e o art. 222, inciso VII, alínea "b", item "5" da Lei nº 8.112, publicada em 12 de dezembro de 1990, alterada pela Lei nº 13.135, publicada em 18 de junho de 2015 e art. 2º da Lei nº 10.887, publicada em 21 de junho de 2004.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DE 23 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor ADALGISO DE OLIVEIRA COSTA, ponto n. 6255, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Encadernação e Douração, Classe Especial, Padrão 10, nos termos dos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, combinados com o artigo 2º da Emenda Constitucional n. 47, de 05 de julho de 2005.

RODRIGO MAIA

ATOS DE 28 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ADRIANA PEREIRA LEMOS DE SÃO JOSÉ, ponto nº 7251, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Classe B, Padrão 08, da função comissionada de Assessor Técnico, FC-3, do Gabinete do Líder do Democratas, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, TEREZA CRISTINA PEREIRA LIMA, ponto nº 6043, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legais - Serviços Paramédicos, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Chefe da Seção Administrativa, FC-1, do Departamento Médico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, a partir de 24 de maio de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, ADRIANA PEREIRA LEMOS DE SÃO JOSÉ, ponto nº 7251, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Assistente Administrativo, Classe B, Padrão 08, para exercer a função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1, do Gabinete do Líder do Partido Progressista, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DESIGNAR, na forma do artigo 13 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, TEREZA CRISTINA PEREIRA LIMA, ponto nº 6043, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legais - Serviços Paramédicos, Classe Especial, Padrão 10, para exercer a função comissionada de Assistente Técnico, FC-2, do Departamento Médico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

RODRIGO MAIA